

América Colonial Portuguesa

(sécs. XVI-XVIII)

1) Período Pré-Colonial

Trinta anos sem projeto de colonização (1500-1530)

Interesses voltados para o comércio com o Oriente

Desapontamento quanto às potenciais riquezas, revelado por Vespúcio

Inexistiam, a primeira vista, metais preciosos e populações amplamente organizadas para o trabalho

Extração de Pau-Brasil justificava a presença portuguesa

Extração foi monopólio da Coroa

Transferido posteriormente para particulares, reservando direitos tributários para o Estado português

Apesar de não render como as especiarias, seu lucro era suficiente para atrair a atenção das potências rivais (Inglaterra, Espanha e França)

Extraído de forma predatória

Prática do escambo com populações indígenas

Não havia colonização do Brasil, em sentido estrito

O sistema montado para extração do pau-brasil era primitivo

Sociedades indígenas pouco afetadas por ele

2) Fundação do Sistema Colonial (1530)

Inicia o interesse da Coroa portuguesa em ocupar o Brasil

Busca de alternativa para o declínio do comércio de especiarias, uma vez perdido o monopólio sobre os mercados asiáticos.

Incursões europeias no Brasil, franceses em particular. Como exemplo temos a fundação da França Antártica (1555) pelo calvinista Villegaignon, e a França Equinocial (1602), com a fundação de São Luís (Maranhão).

Simple feitorias não garantiam controle do território contra adversários.

Metais preciosos descobertos no eixo México-Peru

Expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1533)

Buscar passagem fluvial ou terrestre entre o Atlântico e minas peruanas.

Fundar núcleos coloniais (São Vicente, 1532).

Proteção mais efetiva contra adversários europeus

Buscar veios de metais preciosos

Verificar possibilidade de implantação da cana-de-açúcar

3) Administração Colonial

As Capitanias Hereditárias

Administração descentralizada

Capitanias concedidas em especial aos membros da pequena nobreza, interessados em colonizar e explorar com seus próprios recursos.

Cartas de Doação e Cartas de Forais

O Governo-Geral (1548)

Expandir o controle do Estado português

Centralização administrativa

Apoio e coordenação à administração das capitanias

Sede na Capitania da Bahia (Salvador, 1549)

Torna-se a primeira Capitania Real

As demais capitanias seriam convertidas, progressivamente, em Capitanias Reais.

4) Sentido da Colonização

Necessidades do colonialismo mercantilista

Explorar recursos minerais (metais e diamantes)

Fornecer produtos tropicais para a Metrópole, que os revende nos mercados europeus

Características do modelo colonizador português

- Era complementar ao sistema econômico português
- Produção em larga escala e baixo custo produtivo
- Estrutura latifundiária
- Emprego da mão-de-obra escrava (razões)
- Tráfico de escravos como um componente do processo de acumulação de capital
- Monocultura
- Transferência de renda para a Metrópole, por meio do Monopólio (pacto) Colonial.
- Dependência de financiamentos externos (Holanda)
- Proibição de manufaturas concorrentes com Portugal

5) A Economia Canavieira

Razões da “Solução Canavieira”

- Grande margem de lucro
- Ausência de concorrentes experientes
- Interesse do capital holandês
- Qualidade do solo e clima (especialmente no Nordeste)

Sistema Agrário Canavieiro

Setor escravista-latifundiário

Produção de subsistência no interior da grande unidade produtiva, trabalhada por escravos em tempo parcial.

Pequenos posseiros, voltados para subsistência

Processamento manufatureiro da cana-de-açúcar

6) A Ocupação Holandesa

Razões da Ocupação

- Capitais holandeses envolvidos na exploração do açúcar.
- União Ibérica (1580-1640) põe o Império Colonial Português em controle dos Habsburgos espanhóis.
- Holandeses em conflito com os Habsburgos desde 1568, pela sua independência (Guerra dos Oitenta Anos, até 1648)
- Em 1579, forma-se a União de Utrecht, embrião das Províncias Unidas dos Países Baixos, independente do domínio dos Habsburgos.
- Com União Ibérica, Felipe III Habsburgo impede participação de seus inimigos holandeses na exploração do açúcar.
- Holandeses reagem criando a Companhia de Comércio das Índias Orientais (1609) e das Índias Ocidentais (1621).
- Esta última deveria cuidar de atuar no Atlântico e resguardar os interesses holandeses na América.
- Privados de seus investimentos no nordeste das colônias lusitanas, procedem à invasão (1624 e 1630)

Relações entre lusitanos e holandeses em Pernambuco

Tendência inicial foi a resistência

Chega Maurício de Nassau (1637), filho de Guilherme I de Orange, calvinista, líder da revolta holandesa contra os Habsburgos.

Acomoda os interesses entre produtores de açúcar e representantes da Companhia das Índias Ocidentais

Permitiu a tolerância religiosa, perdoou dívidas, aprovou empréstimos para senhores de engenho, promoveu melhorias urbanas.

A partida de Maurício da Nassau para as Províncias Unidas e o início do conflito

A política de “boa vizinhança” de Nassau custava caro aos cofres da Companhia, e com isso, foi mandado de volta à Holanda (1644).

São cobrados altos juros, impostos e confisca-se a propriedade dos lusitanos inadimplentes.

Portugal, a esta altura, já estava livre do domínio espanhol, e a dinastia de Bragança pretende retomar o controle de suas colônias.

Incentiva com isso os colonos lusitanos a se rebelarem contra o domínio neerlandês.

Insurreição Pernambucana (1645-1654)

Resultado da Expulsão dos Holandeses

Adquirem a técnica portuguesa de cultivo da cana-de-açúcar

Iniciam plantação e processamento de cana no Suriname e em Curaçao.

Apresentam-se como concorrentes mais eficientes, e desbancam a preponderância portuguesa na produção canavieira.

7) A Pecuária no Brasil Colonial

Gado oriundo das ilhas portuguesas do Atlântico

Utilizado como

Meio de transporte de cana-de-açúcar

Força-motriz para os engenhos

Pecuária no Nordeste da colônia (sertão)

Seguia o curso dos rios São Francisco e Parnaíba

Incorporou economicamente áreas naturalmente adversas

Interiorizou o processo de colonização

Elevou a expressão do comércio interno na colônia

Utilizou principalmente mão-de-obra livre (índios e mestiços, inclusive)

Formas de remuneração próximas do assalariamento

Aprofundou conflitos com índios no “caminho do gado”

Estrutura latifundiária também na Pecuária

Pecuária no Sul (fronteira com colônias espanholas)

Se inicia a partir do século XVIII

Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul

Expansão para o interior rompeu com a demarcação imposta pelo Tratado de Tordesilhas

“Indústria do Charque” – abastecer região das Minas Gerais em meados do século XVIII

8) Bandeirantismo

Expedições em busca de metais preciosos e diamantes

Interiorização da colonização portuguesa

Apresamento de indígenas (Região Amazônica, principalmente)

Captura de escravos fugitivos

Pesquisa mineral

Dizimação dos povos indígenas

Deslocamentos populacionais

9) Mineração na América Portuguesa

Descoberta de metais e diamantes

Final do século XVII, início do XVIII

Permite integração entre São Paulo e Minas Gerais

São Paulo - partida das expedições bandeirantes

Enriquecimento da região

Expansão demográfica Minas-São Paulo

Mineração revitaliza economia colonial

Rendimentos com colônia em declínio até o séc XVIII

Vantagem na produção açucareira perdida

Holandeses nas Antilhas e Suriname

Perda do capital holandês na colônia

Mineração revitaliza os cofres portugueses

Temor em relação à Espanha

Aproximação Portugal – Inglaterra

Tratado de Methuen (1703)

Manufaturas portuguesas em colapso

Mineração ativa demanda para produção interna

Estimula comércio interno

Crescimento da agricultura de bens alimentícios, do artesanato, da produção de ferramentas, roupas, utensílios, e da criação de animais.

Estado português impõe severa regulamentação

Atividade mineradora foi alvo de intensa fiscalização

Intendência das Minas (1702) ligada ao Conselho Ultramarino, em Lisboa.

Estado português impõe ampla tributação

Montagem de amplo aparato burocrático para fiscalizar tributação e evitar sonegação fiscal.

Principais Impostos:

Capitação – cobrado sobre o número de escravos usados no garimpo.

Quinto Régio do Ouro – 20% do total declarado pelo minerador. Cobrado nas Casas de Fundição, onde o ouro era fundido, tributado, e transformado em barras com o selo real, devolvidas depois aos proprietários.

Derrama (1765) – Cobrança forçada dos quintos em atraso, até se alcançar pelo menos 100 arrobas (1 tonelada e meia) anuais para a capitania.

10) Outras Atividades

Tabaco e Algodão

Utilizado inicialmente como “moeda” no tráfico de escravos

Sua importância cresce após 1780, com a Revolução Industrial Inglesa

Extrativismo vegetal (drogas do sertão)

11) Sociedade Colonial

Casa-Grande e Senzala na Região Canavieira

Sociedade patriarcal, rural e escravista

Primogênito detinha a herança econômica e política

Estrutura rígida

Padrões de conduta aristocráticos

Autoridade do senhor de engenho

Sobre a Casa-Grande, a Senzala e toda a comunidade

Relações de dependência

Recursos financeiros para serviços necessários à comunidade

Clientelismo

Estrutura Social na Região Mineradora

Sociedade urbana sem efetiva mobilidade social

“Desclassificados do ouro” – homens livres sem recursos

Elite urbana

Donos de Lavras e escravos

Autoridades religiosas e militares

Traficantes de escravos e grandes comerciantes

Administradores coloniais

Classes médias

Pequenos proprietários de terras

Pequenos comerciantes

Artesãos

Profissionais liberais

Classes baixas

Trabalhadores livres (negros, mestiços, brancos, índios)

Escravos na sociedade mineradora

Trabalho nas minas

Trabalhos em obras públicas

Escravos de ganho (alugados ou não, circulavam livremente e acabavam tendo chance de comprar suas alforrias)

12) Os Índios e o processo colonizador

Destruição espiritual, cultural e material das civilizações indígenas durante o processo de colonização.

Relações inicialmente amenas (período pré-colonizador)

Após 1530, Estado e Igreja se preocupam com escravização indígena

1537 – Papa Paulo III – Bula *Veritas Ipsa*

Os índios são seres humanos e têm alma

Têm direito à catequese e ao batismo

Não podem ser escravizados

Regimento de 1548 (Governo-Geral)

Defende direitos dos índios às suas terras

Estabelece a aplicação da “Guerra Justa”

Postura do Estado português é dúbia, portanto

Etnocentrismo

Sem Fé, Lei ou Rei

Europeus negam as manifestações culturais e políticas dos índios

As Missões Jesuíticas

Pressão dos colonos pelo uso de mão-de-obra indígena escravizada.

Pressão sobre as missões (ou reduções)

Jesuítas aldeavam índios para a conversão

Jesuítas utilizavam também o trabalho indígena

Prestação de serviços mês sim, mês não.

Castigos físicos

Trabalho e disciplina para aceitação dos valores europeus

Escravidão indígena de pouca eficácia

Resistências e fugas para o sertão

Não-adaptação ao regime de trabalho agrícola

Interesses do tráfico negreiro (comerciais)

Escravidão indígena restrita a áreas secundárias

Resistência indígena

Guerra dos Tamoios (até 1563)

Confederação dos Tamoios – Coligação com os tupinambás, goitacazes e aimorés.

Ameaça Rio de Janeiro e São Vicente

Franceses fomentam a rebelião dos tamoios

Mediação jesuítica (Manoel de Nóbrega e Anchieta)

Traição portuguesa

Guerra dos Guaranis (1754-1756)

1750 – Tratado de Madri

Portugueses retiram-se da Bacia do Prata (Colônia de Sacramento, 1680)

Recebem a região dos Sete Povos das Missões

Aldeamentos de jesuítas espanhóis na área

Índios e jesuítas resistem à ocupação portuguesa

Expedições espanholas e portuguesas

13) Os negros e o processo colonizador

Múltiplas divisões étnicas africanas

Prática da escravidão – guerras inter-tribais

Tráfico de escravos – navios negreiros (tumbeiros)

Resistência contra a escravidão

Resistências individuais – suicídios, abortos, mutilações

Quilombos

Negociação com elites coloniais

14) Igreja no processo colonizador

Papel das mulheres no projeto colonizador da Igreja

Condenações brandas à escravidão de negros

Inquisição no Brasil colonial

Visitações

Controle Social